

Teorizações foucaultianas nas práticas escolares

Foucaultian theories in school practices

CHARLES ARVELOS ROCHA

Graduando de História (UNIPAM)

E-mail: charlesrocha@unipam.edu.br

MARCOS ANTÔNIO CAIXETA RASSI

Professor orientador (UNIPAM)

E-mail: rassi@unipam.edu.br

Resumo: O francês Michel Foucault, em suas teorizações, não reivindicou uma nova teoria do poder, mas problematizou como o poder circula por meio de práticas discursivas e não discursivas na perspectiva de uma análise crítica genealógica das relações de poder. Foucault denomina as problematizações do corpo como um investimento político de “anatomia política” ou “mecânica de poder” – as diversas artimanhas e estratégias disciplinares que estão condicionadas pela relação de docilidade-utilidade. Ao recorrer ao *Panóptico*, proposto por Jeremy Bentham, Michel Foucault identifica o movimento inverso, resultante da sociedade disciplinar moderna. Nesse sentido, surgem novos agentes no cenário da vigilância como médico-juiz, professor-juiz e educador-juiz, que desindividualizam o poder que até então era destinado ao carrasco ou ao monarca, o soberano.

Palavras-chave: Relações de poder. Práticas escolares. Panóptico.

Abstract: Frenchman Michel Foucault did not claim a new theory of power in his theories, but problematized how power circulates through discursive and non-discursive practices in the perspective of a critical genealogical analysis of power relations. Foucault refers to the problematization of the body as a political investment as "political anatomy" or "power mechanics," citing the various artifices and disciplinary strategies conditioned by the relationship between scholarship and utility. Using the *Panopticon*, proposed by Jeremy Bentham, Michel Foucault identifies the reverse movement resulting from modern disciplinary society. In this sense, new agents appear in the surveillance scene as a doctor-judge, teacher-judge and educator-judge who will deindividualize the power, that until then, was destined for the executioner or the monarch, the sovereign.

Keywords: Power relations. School practices. Panopticon.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho buscou refletir sobre as teorizações foucaultianas centralizadas no mundo pós século XVIII na emergência das instituições modernas e contemporâneas. A partir das ideias de Michel Foucault, procurou-se elaborar uma análise específica e direcionada às instituições escolares. O espaço escolar destinado à aprendizagem é evidentemente delineado por um grande aparelho hierárquico, em que

as coexistências das relações de poder são envolvidas nas práticas pedagógicas, proporcionando maior eficácia do poder disciplinar. Crianças, adolescentes, jovens e adultos que estão nas instituições escolares para desenvolverem suas formas de saber são postos em constante vigilância e submetidos a regras preexistentes nos espaços escolares. Nesse sentido, o espaço escolar é palco das relações de poder que circunscrevem os sujeitos. A presença do professor como um ser que produz saber conduz à percepção de uma manifestação de poder que envolverá as formas de resistência dos alunos. É certo que o poder não está enraizado apenas no professor ou nas outras instâncias hierárquicas da instituição escolar; o poder nas teorizações foucaultianas circunscreve-se nas várias camadas que estão em relação nos espaços escolares. Em consonância com os objetivos do presente trabalho, procurou-se desmistificar compreensões de relação de poder a partir do “método” genealógico de Michel Foucault, analisando-se as estratégias disciplinares como distribuição dos indivíduos no espaço escolar; também se correlacionaram a prisão e a escola na perspectiva de Jeremy Bentham e Michel Foucault por meio do “*Panóptico*”. Portanto, questiona-se: como as instituições escolares se articulam para efetivarem suas relações de poder na formação intelectual de estudantes?

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONCEPÇÕES DE “PODER” A PARTIR DO “MÉTODO” GENEALÓGICO DE MICHEL FOUCAULT

O escritor, psicólogo, historiador e filósofo francês Michel Foucault (1926 - 1984) teorizou novas formas de concepções de poder e inverteu a lógica clássica de pensá-lo, presente em determinada instância e ausente em outra categoria subalterna. A inversão foucaultiana pode ser constituída sobre várias circunstâncias. Em 1651, o filósofo inglês Thomas Hobbes (1588 - 1679) publicou a sua principal e mais renomada obra, *Leviatã*. De acordo com a teoria hobbesiana, o ser humano, em estado de natureza, viveria constantemente em conflito um com outro, tornando-se impossível uma vida social harmônica e pacífica. Para Hobbes, o desenlace da trama solitária, miserável, sórdida e brutal de homens e mulheres estaria condicionado à criação de um poder soberano pela intervenção do contrato social. A ideia de poder concentraria unicamente na monarquia com total autoridade sobre seus súditos. Não se propõe aqui ampliar a temática da escrita e avançar na filosofia política de Thomas Hobbes, mas, simplesmente, relacionar o modelo de poder imperial com a inversão foucaultiana de compreender as formas de poder.

As formulações de Michel Foucault não reivindicam uma nova teoria do poder, mas problematizam como o poder circula por meio de práticas discursivas e não discursivas. Não se trata de analisar o poder em suas diversas singularidades, mas propor uma análise crítica genealógica das relações de poder. O próprio Foucault (1995, p. 231) afirma que o objetivo de seu trabalho não foi propor uma análise do fenômeno do poder nem elaborar seus fundamentos. Pelo contrário, foi desenvolver uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornam-se sujeitos. Ele finaliza argumentando que não é o poder, mas o sujeito que constitui o tema

central de sua pesquisa. Nesse sentido, o poder não deve ser pensado como substância dada somente no âmbito estatal, imperial, como propôs Hobbes em sua filosofia política defendendo o absolutismo monárquico. De acordo com Santos (2016), a concepção de Foucault sobre relações de poder é renovadora e desestabilizadora nas bases reducionistas que fazem passar a inteligibilidade do poder sobre o domínio jurídico e econômico da instância estatal.

Considerada fundamental no pensamento de Foucault, a obra “Vigiar e Punir”, publicada em 1975, é avaliada como período inicial de sua fase genealógica, que propõe analisar o poder como elemento capaz de explicar a maneira como se produzem saberes e como nos constituímos nas articulações entre ambos. Na fase genealógica, não há espaço para concepções de leis universais de cunho metafísico; não se trata de realizar reflexões das essências, das ideias perfeitas e imutáveis. “O maior compromisso da genealogia é com um *a priori* histórico e que, em vez de se alojar em supostas estruturas transcendentais da mente, enraíza na história tumultuada das coisas que são ditas” (VEIGA NETO, 2007, p. 56). Trata-se de desmascarar discursos transcendentais, não os tomando como ponto de apoio, mas dos acontecimentos para explicar como se manipulam esses pontos de apoio. Dentro da história, partindo do próprio conceito, a genealogia foucaultiana busca a gênese no tempo que pretende desvelar documentos oficiais tendenciosos em privilegiar narrativas tradicionais de grupos dominantes, das elites, dos aristocratas. Retirar o véu dos documentos oficiais é apontar a investigação pelo viés historiográfico, enfatizando a história “vista por baixo”, ou seja, buscar conhecer a história por meio de sujeitos até então desconhecidos e menosprezados que foram subjetivados pelo poder dos dominantes. Margareth Rago (1995) afirma que Foucault deslocava o foco para as “minorias”, para as margens, projetando luz sobre campos até então ignorados pela historiografia.

O método genealógico de Michel Foucault não deve ser encarado com as mesmas proporções de métodos modernos, como o método cartesiano. Para René Descartes (1596-1650), filósofo, físico e matemático francês, é extremamente necessário que o método se apodere na ordem e clareza daquilo que será conhecido para chegar à verdade. A prática do filosofar estaria na busca constante da verdade metódica definida em leis matemáticas universais, sendo que, se houvesse um milimétrico afastamento das regras metódicas, o sujeito estaria condenado ao erro. Para Veiga Neto (2007, p. 17), se entendermos “método” como “uma certa forma de interrogação e um conjunto de estratégias analíticas de descrição”, poderemos dizer que a genealogia é constituída sem maiores preocupações com regras práticas aplicáveis a problemas técnicos e concretos, mas sem predisposições em leis matemáticas e universais ou metafísicas.

2.2 “ANATOMIA POLÍTICA” COMO ESTRATÉGIA DISCIPLINAR DAS DISTRIBUIÇÕES DOS INDIVÍDUOS NO ESPAÇO ESCOLAR

Disciplina em sala de aula é o desejo de professores no exercício de seu trabalho. Além de ser desejo, é uma imposição que advém de uma camada superior na hierarquia das instituições escolares contemporâneas que incansavelmente suplicam aos seus professores para que produzam disciplina durante a execução de suas aulas. Partindo desse pressuposto, *a priori*, disciplina é um conjunto de regras que servem para o bom

andamento da aprendizagem escolar, proporcionando sucesso nos estudos. O filósofo Michel Foucault, em suas reflexões, não pretendeu fazer uma história das instituições escolares abordando historicamente suas transformações e rupturas nas práticas de ensino. Instituições escolares são, entre várias outras instituições, um fator a ser analisado pelo filósofo que aponta para uma análise de investimento político do corpo.

A discussão do corpo como investimento político, Foucault denomina de “anatomia política” ou uma “mecânica de poder”. São diversas artimanhas e estratégias disciplinares que estão condicionadas pela relação de docilidade-utilidade. A “anatomia política” define como se pode ter domínio sobre os corpos, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina (FOUCAULT, 2006, p. 119). Fica evidente que, para Foucault, a relação de docilidade-utilidade não está em consonância com a relação de apropriação e domesticidade do corpo que se caracteriza como uma constante dominação ilimitada sob a vontade singular de outro indivíduo. A relação docilidade-utilidade não está assentada na escravidão, na qual o escravo é objeto de um poder infinito de seu senhor, que faz dele um corpo obediente e com autoridade de poupar ou eliminar sua vida na ocasião em que achar oportuno.

Corpos dóceis são corpos de ação, de sentimentos, de vontades próprias, que deverão ser transformados e aperfeiçoados em corpo útil, corpo inteligível. São corpos maleáveis e moldáveis; mas não modelagem imposta, feita à força. De acordo com Veiga Neto (2007, p. 65), a docilização do corpo é muito mais econômica do que o terror/violência. A economia política conduz à aniquilação do corpo, tornando-se útil e produtivo; o terror mobiliza o corpo e conduz covardemente para o trabalho. Por isso, a partir da analítica foucaultiana, é possível perceber a positividade do poder que não está para acusar a disciplina, mas sim para compreendê-la naquilo que ela é capaz de produzir em termos de efeitos. “A disciplina funciona como uma matriz de fundo que permite a inteligibilidade, a comunicação e a convivência total na sociedade, na qual todos compreendemos ou devemos compreender o que é ser e como se deve ser disciplinado” (VEIGA NETO, 2007, p. 71).

Na terceira parte da obra “Vigiar e Punir”, Foucault elenca articulações e técnicas de distribuições dos indivíduos no espaço. Ele menciona técnicas minuciosas que determinam o investimento político e detalhado do corpo. A disciplina é compreendida como uma anatomia política do detalhe, compondo a “microfísica do poder” com dispositivos que obedecem a um regime punitivo. Nesse sentido, Foucault (2006, p. 120) afirma:

Pequenas astúcias dotadas de um grande poder de difusão, arranjos sutis, de aparência inocente, mas profundamente suspeitos, dispositivos que obedecem a economias inconfessáveis, ou que procuram coerções sem grandeza, são elementos que levaram à mutação do regime punitivo, no limiar da época contemporânea. Descrevê-los implicará na demora sobre o detalhe e na atenção às minúcias: sob as mínimas figuras, procurar não um sentido, mas uma precaução; recolocá-las não apenas

na solidariedade de um funcionamento, mas na coerência de uma tática.

No presente trabalho, faz-se um esforço de identificar e compactuar a arte das distribuições em um contexto de espaço escolar. A primeira técnica para distribuição do indivíduo no espaço é a *cerca* como local fechado e protegido com pavilhões, formando um verdadeiro encarceramento. Foucault cita dois modelos: os colégios e os quartéis. Os colégios fazem parte de um modelo de convento e o internato aparece como o regime de educação. Os quartéis servem para fixar o exército moldando e treinando os soldados para obediência. O *princípio de internato* ou de "*clausura*", como segunda técnica, é condicionado pelo princípio do *quadriculamento*, que oferece uma localização imediata do indivíduo. "Cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo" (FOUCAULT, 2006, p. 123). Seria uma prática que impede o desaparecimento ou fuga descontrolada dos indivíduos, agindo como um dispositivo de antivadiagem e de antiaglomeração, organizando um espaço analítico.

Na sequência, outra técnica revela a artimanha da arte da distribuição; é a regra das *localizações funcionais*, que serve para vigiar, proibir as comunicações perigosas e principalmente criar um espaço útil. "Importa distribuir os indivíduos num espaço onde se possa isolá-los e localizá-los; mas também articular essa distribuição sobre um aparelho de produção que tem suas exigências próprias" (FOUCAULT, 2006, p. 124). Por fim, a posição na *fila* é a quarta distribuição do indivíduo no espaço. Cada um se define pelo lugar que ocupa. A repartição em fila individualiza os corpos distribuindo-os e fazendo-os circular numa rede de relações.

Semelhança ou não, os espaços escolares contemporâneos são protegidos – edifícios cercados por grandes e resistentes muros, oferecendo uma sensação de internato aos alunos. Isola-se a sociedade externa e enclausuram-se indivíduos cercados por uma relação de poder presente na direção escolar, supervisão, professores, auxiliares de limpeza, porteiros, entre outros, que procuram neutralizar os inconvenientes (conversas sem necessidade, agitações, levantar das carteiras, dormir, não fazer nada). O ambiente escolar é construído pela "microfísica do poder" realizada a partir do momento em que se cria e se faz uma série de levantamentos de informação sobre cada aluno. Estabelece-se, portanto, mecanismo de identificar presenças e ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, podendo a cada instante vigiar o comportamento de cada um. Assim, as instituições escolares conseguem apreciar, sancionar e medir as qualidades ou méritos dos alunos com procedimentos para conhecer, dominar e utilizar estudantes.

Evidencia-se a mentalidade de que é preciso fazer do espaço escolar um espaço útil e de dominação. A posição em fila é reflexo de um sistema de ensino que impõe mapeamento dos alunos dentro da sala de aula. Todos precisam estar no local indicado pelo professor de forma alinhada, sob ordens e autoridade daquele que rege a aula. Foucault (2006, p. 126) identifica esse espaço escolar como uma máquina de ensinar, de vigiar, de hierarquizar e de recompensar. Nesse contexto, passa ser essencial vigiar, modelar, tornarem-se úteis e disciplinados alunos dentro de um edifício escolar, local fechado e cercado de muros e dividido em pavilhões para manter indivíduos em ordem.

2.3 CORRELAÇÃO ENTRE A IDEIA DE *PANÓPTICO*, DE JEREMY BENTHAM, COM A EMERGÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES E SEUS ESPAÇOS DISCIPLINARES

O *Panóptico* ou a casa de inspeção são escritos do filósofo inglês Jeremy Bentham (1748 - 1832), redigidos em um total de 21 cartas. Apenas fazendo uma breve menção, a primeira carta tem como título “A ideia do princípio da inspeção”, na qual o filósofo elenca as várias formas de aplicação do *panóptico*. De acordo com Bentham (2008, p. 19), a casa de inspeção pode ser aplicada, sem exceção, a todos e a quaisquer estabelecimentos, nos quais, num espaço não demasiadamente grande para que possa ser controlado ou dirigido a partir de edifícios, queira-se manter sob inspeção certo número de pessoas. Mas, quais são as partes características do princípio de construção do *panóptico*?

O próprio Bentham, em sua segunda carta intitulada “Plano para uma casa de inspeção penitenciária”, elenca várias características – no presente trabalho, serão destacadas algumas. A primeira ideia trata de um edifício circular no qual os prisioneiros são colocados em celas separadas entre si ocupando uma circunferência. Na parte central, há o alojamento do inspetor/vigia sob um tipo de cobertura que impede os prisioneiros de saber se o inspetor realmente está ou não no interior do alojamento. Entre o alojamento do vigia e as celas, há um espaço vazio. Bentham denomina essa área de intermediária ou anular. A circunferência interior da cela “é formada por uma grade de ferro suficientemente fina para não subtrair qualquer parte da cela da visão do inspetor” (BENTHAM, 2008, p. 21).

Ao recorrer ao *Panóptico*, proposto por Jeremy Bentham, Michel Foucault identifica o movimento inverso resultante da sociedade disciplinar moderna. Na antiguidade romana, a multidão presenciava cristãos sendo executados nas arenas por gladiadores e pelas garras de leões; antes do surgimento da prisão do século XVIII, as punições e execuções eram espetáculos ao grande público presente, que confirmava a ação do poder do carrasco sob a influência da Igreja. A emergência do poder disciplinar por intervenção do *panóptico* como uma “máquina óptica”, ou seja, uma máquina do olhar, do vigiar, do punir, faz com que a multidão se torne ausente no desenrolar punitivo, pois as práticas punitivas e violentas se tornaram pudicas e vergonhosas. Foucault (2006, p. 14) afirma que o castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos e que, por meio dessa nova retenção, um exército inteiro de técnicos (os guardas, os médicos, os capelães, os psiquiatras, os psicólogos, os educadores) veio substituir o carrasco, anatomista imediato do sofrimento. Nesse sentido, surgem novos agentes no cenário da vigilância como médico-juiz, professor-juiz e educador-juiz, que desindividualizam o poder que até então era destinado ao carrasco ou ao monarca, o soberano.

Entre os novos agentes no cenário da vigilância, estão professores e educadores inseridos em um espaço escolar institucional. Eles fazem parte de um grande aparato hierárquico em que todos os integrantes (do diretor até o auxiliar de limpeza) são orientados a manterem crianças, adolescentes, jovens e adultos em ordem e disciplinados dentro da escola. O espaço escolar passa a ser um local de vigilância. Na ausência do diretor escolar, o vice-diretor, o especialista ou o professor estão presentes

como dispositivo para manter ativamente o olhar da torre central do *panóptico*. Alunos em sala de aula são constantemente monitorados pelo professor que não permite ociosidade, pois é preciso treinar indivíduos para serem instrumentos utilizáveis. O “panóptico escolar” se transforma em um laboratório de poder, relações de poder entre diretor e vice-diretor, supervisor e professor, aluno e professor entre vários outros. O “panóptico escolar” não é necessariamente com as mesmas disposições arquiteturais da ideia de Bentham, apesar de haver certas semelhanças, mas a questão é identificar as vigilâncias ininterruptas que ocorrem nas instituições escolares.

O escolar, ou o aluno/estudante, está como principal ator em ser transformado e aperfeiçoado em corpo útil, corpo inteligível, capaz de produzir. Essa ação transformadora está articulada pelo viés da “anatomia política” conduzida pela relação de poder professor-aluno. De acordo com Baccon, Batista, Gabriel (2015, p. 11), é necessário lembrar que, no contexto escolar, o poder disciplinar, a relação de poder observada é aquela também existente e estabelecida na sala de aula, na relação professor e aluno, durante o processo de ensino e de aprendizagem. Contudo, na perspectiva do método genealógico foucaultiano, a construção da ideia do professor em uma relação vertical com o aluno é desconstruída na medida em que identifica o aluno como sujeito com aspirações, desejos e vontades partícipe diretamente da economia política de poder.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando-se em conta o que foi observado, entende-se que Michel Foucault não pertenceu a uma corrente pedagógica com o objetivo de propor um método correto na prática de ensino. A matriz principal de reflexão seguida pelo filósofo foi propor, por meio de uma análise crítica genealógica, as diversas artimanhas das relações de poder nos espaços institucionais, pós século XVIII. Pelo viés historiográfico, Foucault avança nas reflexões, rompe com a história dos heróis e se assenta na história “vista por baixo”. Essa reviravolta no pensamento ocidental evidencia novas abordagens, nas quais as instituições escolares ganham novas interpretações. Os espaços escolares com suas inovadoras formas pedagógicas ainda permitem traços característicos de um sistema de ensino tradicional. O *quadriculamento*, a *fila*, a semelhança com o internato e as *localizações funcionais* vistas sob o ponto de vista *panóptico* são centelhas minúsculas presentes nos espaços escolares, corroborando a circulação do poder. Em suma, a desarticulação da ideia de que o poder deve ser analisado sob o ponto de vista do poder absoluto e soberano presente nas pretensões do Estado de Hobbes conduz à reflexão, na tentativa de identificar as diversas manifestações de resistência entre as múltiplas e variadas formas de relação de poder. Tratando-se das instituições escolares, questiona-se: a falta de interesse de alguns alunos são formas de resistência em não aceitar imposições e modelações da hierarquia escolar que submetem estudantes a serem corpos úteis e técnicos a serviço de uma sociedade consumista? As instituições escolares nem sempre existiram e poderão deixar de existir na emergência de outras artimanhas e práticas de ensino?

REFERÊNCIAS

BACCON, A. L. P.; BATISTA, F.; GABRIEL, F. A. Pensar a escola a partir de Foucault: uma instituição disciplinar em crise?. **Revista da Faculdade de Educação da UFG**, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/30659>.

BENTHAM, J. **O panóptico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. *In*: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

RAGO, M. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. **Tempo Social - Rev. Sociol. USP**, S. Paulo, v. 7, n.1-2, p. 67-82, out. 1995.

SANTOS, P. R. A concepção de poder em Michel Foucault. **Especiaria - Cadernos de Ciências Humanas**, v. 16, n. 28, p. 261-280, fev. 2016.

VEIGA NETO, A. **Foucault e a Educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.